

Estudo Técnico Preliminar 51/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23817.005832/2024-07

2. Descrição da necessidade

Esse processo de contratação é necessário devido a notificação da empresa do contrato atual, Ambientalis Análises de Ambientes, sobre o **não interesse** em renovar o contrato 38/2020, conforme ofício-SEI (36781721). A vigência do contrato atual findará em **15/11/2024**, sendo imprescindível a contratação de uma nova empresa para continuar os serviços de análise da qualidade do ar até essa data.

A presente contratação faz parte das medidas de proteção visando a assegurar o bem-estar, conforto, saúde e segurança nos ambientes climatizados do Hospital Universitário de Lagarto atendendo as normas vigentes. Pois de acordo com a Lei Federal Nº 13.589, DE 4 DE JANEIRO DE 2018:

"Art. 1º Todos os edifícios de uso público e coletivo que possuem ambientes de ar interior climatizado artificialmente devem dispor de um Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC dos respectivos sistemas de climatização, visando à eliminação ou minimização de riscos potenciais à saúde dos ocupantes.

§ 1º Esta Lei, também, se aplica aos ambientes climatizados de uso restrito, tais como aqueles dos processos produtivos, laboratoriais, hospitalares e outros, que deverão obedecer a regulamentos específicos.

Art. 3º Os sistemas de climatização e seus Planos de Manutenção, Operação e Controle - PMOC **devem obedecer a parâmetros de qualidade do ar em ambientes climatizados artificialmente, em especial no que diz respeito a poluentes de natureza física, química e biológica**, suas tolerâncias e métodos de controle, assim como obedecer aos requisitos estabelecidos nos projetos de sua instalação.

Parágrafo único. Os padrões, valores, parâmetros, normas e procedimentos necessários à garantia da boa qualidade do ar interior, inclusive de temperatura, umidade, velocidade, taxa de renovação e grau de pureza, são os regulamentados pela Resolução nº 9, de 16 de janeiro de 2003, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária ANVISA, e posteriores alterações, assim como as normas técnicas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas."

Percebe-se que a contratação em tela é extremamente importante para que o estabelecimento possa ter embasamento científico para realizar adequações conforme as normas, fazendo conhecer os parâmetros atuais sobre a qualidade do ar do Hospital Universitário de Lagarto nos ambientes climatizados artificialmente de uso público e coletivo, cujo desequilíbrio poderá causar agravos a saúde dos seus ocupantes.

Além disso, servirá para instrumentalizar as equipes profissionais envolvidas no controle de qualidade do ar, no planejamento, elaboração, análise e execução de projetos físicos e nas ações de inspeção de ambientes climatizados artificialmente de uso público e coletivo.

Sendo assim, propomos a contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de análise da qualidade do ar com base **Resolução nº 9, de 16 de janeiro de 2003, da ANVISA** (http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/RE_09_2003_1.pdf/629ee4fe-177e-4a78-8709-533f78742798?version=1.0) e na **Lei Federal Nº 13.589, DE 4 DE JANEIRO DE 2018** (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13589.htm) para manter o parâmetros de acordo com as normas vigentes, as quais exigem a realização de análise de qualidade do ar do estabelecimento **de forma semestral**.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Setor de Infraestrutura Física - SEIF	Paulo Roberto dos Santos

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Conforme Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação da AGU (págs. 22 a 24), a presente contratação trata-se de Contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de análise da qualidade do ar com a emissão de relatório técnico semestral, nos ambientes do Hospital Universitário de Lagarto /EBSERH/UFS, conforme condições e exigências constantes no termo de referência.

SUSTENTABILIDADE

Ficam estabelecidas as seguintes práticas de sustentabilidade ambiental, incorporadas aos serviços de engenharia, objeto deste Estudo Técnico Preliminar, conforme disposições da IN SLTI/MPOG n. 1, de 19 de janeiro de 2010.

Os bens a serem fornecidos para o cumprimento dos serviços deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

A CONTRATADA deverá fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para execução de serviços. Os bens fornecidos e os serviços realizados deverão ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2.

Os bens fornecidos não poderão conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

A CONTRATADA deverá ter um Projeto de limpeza e conservação de superfícies de equipamentos envolvidos no escopo da manutenção, devendo utilizar produtos que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.

O gerenciamento de resíduos provenientes dos serviços objeto deste Estudo Técnico Preliminar deve atender às normas do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), por meio da Resolução 307, de 5 de julho de 2002. Além do exposto acima, dentre as práticas de sustentabilidade, devem ser respeitadas e atendidas as regras e critérios estabelecidos no Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), bem com, deverão atender os termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, adotando as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber: Utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, capacitando seus colaboradores e mantendo critérios especiais para aquisição e uso de equipamentos que promovam a redução do consumo de água.

Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços; Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com os itens pertinentes, por um período não inferior a 01 (um) ano, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado. (ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA)

Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.

Para a comprovação da experiência mínima de 1 (um) ano, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade desse tempo de 1 (um) ano ser ininterrupto, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, podendo ser exigida, nos casos de dúvida justificada por parte do agente de licitação, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

Comprovante (atualizado e vigente) de registro ou inscrição do licitante junto ao Conselho Regional de Química - CRQ e/ou Registro no Conselho Regional de Biologia – CRB e/ou Conselho regional de engenharia e agronomia (CREA), ou outro a que a lei atribua a competência para o registro de profissionais e empresas legalmente habilitados para realização dos serviços integrantes do objeto com jurisdição sobre o domicílio da sede da proponente;

Comprovação de que proponente possui, em seu quadro de pessoal, na data da dispensa de licitação, Responsável Técnico legalmente habilitado e com registro no Conselho Regional de Química - CRQ e/ou Registro no Conselho Regional de Biologia – CRB e/ou Conselho regional de engenharia e agronomia (CREA), ou outro a que a lei atribua a competência para o registro de profissionais e empresas legalmente habilitados para realização dos serviços integrantes do objeto correspondente.

A comprovação de vínculo profissional de que trata o subitem anterior se fará com a apresentação de quaisquer dos seguintes documentos:

Empregado: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e/ou do livro de registro;

Sócio/Diretor: cópia do contrato social da proponente ou da ata de eleição ou, ainda, cadastro do SICAF;

Autônomo: cópia de contrato de prestação de serviços ou Recibos de Pagamento a Autônomo – RPA;

Contratação futura de profissional: declaração de disponibilidade para execução do serviço, acompanhada de declaração de anuência do profissional, caso a empresa venha a sagrar-se vencedora no certame."

VISTORIA TÉCNICA

Declaração de que a licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico da licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação."

No momento da assinatura do contrato, a Contratada deverá apresentar:

Relação Explícita e a Declaração Formal da Disponibilidade, na forma de planilha, discriminando todos os seus equipamentos, ferramental, instalações físicas apropriadas e específicas, e pessoal técnico especializado, para realização dos serviços do objeto, sujeito a comprovação.

5. Descrição da solução como um todo

Com a contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de análise da qualidade do ar com a emissão de relatório técnico semestral, nos ambientes do Hospital Universitário de Lagarto/EBSERH/UFS, conforme condições e exigências constantes no termo de referência, poderá ser mapeado e agir nos ambientes climatizados que precisam de ação para diminuir os agente patológicos. e além disso nos ajudará a ter um feedback de como está o trabalho de manutenção preventiva e corretiva da empresa que presta serviços nos ar condicionados do hospital.

Os serviços serão executados periodicamente, devendo ser realizados:

Semestralmente: para realização das coletas e análises e entrega de relatório técnico e laudos, conforme especificado neste termo, até 4º dia útil do mês, podendo sofrer alteração desde que em comum acordo entre as partes. Dessa forma, deve-se executar o serviço referente ao primeiro semestre até o 4º dia útil do mês de Janeiro, e no segundo semestre até o 4º dia útil do mês de Julho.

O serviço contratado compreenderá:

A realização de análise em 35 pontos internos e 2 pontos externos, totalizado 37 pontos de coletas. Os 2 pontos externos serão 1 para cada dia de coleta, caso o serviço possa ser realizado em um único dia, automaticamente o ponto externo do dia seguinte será adicionado a contagem de pontos internos, com o ambiente a ser definido pela fiscalização. Os ambientes a serem coletados serão definidos pela equipe técnica do HUL e enviados para empresa contratada previamente a data acordada para realização da análise da qualidade do ar.

Realização das coletas, e envio para análise laboratorial, deverão estar baseadas nas normas da Portaria 3.523 de 28/ 08 /1998 e Resolução nº 9 de 16/01/2003 do Ministério da Saúde. Será entregue também o Certificado de Qualidade do Ar. (validade 6 meses);

Verificação das condições de higiene, limpeza e conservação dos sistemas de climatização e dos ambientes analisados, visando à garantia da qualidade do ar interior. Os resultados serão apresentados em forma de relatório de verificações com as adequações recomendadas e relatório fotográfico complementar;

Bem como, englobará:

A contagem de partículas, conforme o processo (23477.001261/2021-89) indicado pela SEDE EBSEH, no qual determina alguns ambientes, como salas limpas, e que tem que seguir as recomendações da norma ABNT de salas limpas - *NBR ISO 14644-1 de 11/2019 - Salas limpas e ambientes controlados associados - Parte 1: Classificação da limpeza do ar por concentração de partículas*.

Além da análise de ar normalmente feitas nas salas baseada na Resolução 09 da ANVISA, é necessário uma coleta a mais para verificar um nível maior de particulado da sala através da contagem de partículas. Tudo isso com intuito de verificar qual o nível de qualidade do ar dos ambientes mais críticos e os que produzem uma grande quantidade de particulados do hospital.

Os laudos deverão ser conclusivos conforme a RE nº 9, apresentando recomendações de solução dos problemas e patologias encontradas, entregues a fiscalização do contrato.

Todos os serviços deverão ser executados por profissionais especializados e de acordo com as normas da ANVISA e demais normas pertinentes ao assunto;

As análises laboratoriais e sua responsabilidade técnica devem obrigatoriamente estar desvinculadas das atividades de limpeza, manutenção e comercialização de produtos destinados ao sistema de climatização, conforme determina o estabelecido na Resolução RE nº 9;

Os laudos e relatórios deverão ser entregues impressos em papel sulfite, modelo A4 e em arquivo eletrônico no formato PDF com respectiva assinatura;

O laudo deverá ter a validade de 06 (seis) meses.

A realização de ensaios para avaliação **microbiológica, química, física e de aerodispersóides**, deverão estar de acordo com os equipamentos e procedimentos descritos a seguir:

Avaliação microbiológica

Deverá ser seguido o prescrito na Norma Técnica 001 da RE nº 9 – ANVISA;

Método de Amostragem e Análise de Bioaerosol em Ambientes Interiores;

Amostrador: Deverá ser utilizado equipamento impactador de 1, 2 ou 6 estágios;

Meio de Cultivo: Agar Extrato de Malte, Agar Sabouraud Dextrose a 4%, Agar Batata Dextrose ou outro, desde que cientificamente validado;

Taxa de Vazão: fixa entre 25 a 35 l/min, sendo recomendada 28,3 l/min;

Tempo de Amostragem: de 5 a 15 minutos, dependendo das especificações do amostrador;

Volume Mínimo: 140 l;

Volume Máximo: 500 l;

Embalagem: Rotina de embalagem para proteção da amostra com nível de biossegurança 2 (recipiente lacrado, devidamente identificado com símbolo de risco biológico);

Transporte: Rotina de embalagem para proteção da amostra com nível de biossegurança 2 (recipiente lacrado, devidamente identificado com símbolo de risco biológico);

Calibração: Semestral;

Exatidão: $\pm 0,02$ l/min;

Precisão: $\pm 99,92$ %.

Avaliação química

Deverá ser seguido o prescrito na Norma Técnica 002 da RE nº 9 – ANVISA; Método de Amostragem e Análise da Concentração de Dióxido de Carbono em Ambientes Interiores;

Amostrador: Equipamento amostrador de leitura direta por meio de sensor infravermelho não dispersivo ou célula eletroquímica, visando à pesquisa do processo de renovação de ar em ambientes climatizados;

Calibração: Anual ou de acordo com especificações do fabricante;

Faixa: de 0 a 5.000 ppm;

Exatidão: ± 50 ppm + 2% do valor medido.

Avaliação física

Deverá ser seguido o prescrito na Norma Técnica 003 da RE nº 9 – ANVISA;

Método de Amostragem. Determinação da Temperatura, Umidade e Velocidade do Ar em Ambientes Interiores;

Amostrador: Leitura direta - Termo-higrômetro;

Princípio de operação: Sensor de temperatura do tipo termo-resistência. Sensor de umidade do tipo capacitivo ou por condutividade elétrica;

Calibração: Anual;

Faixa: 0° C a 70°C de temperatura 5% a 95 % de umidade Exatidão: $\pm 0,8$ ° C de temperatura ± 5 % do valor medido de umidade;

Amostrador: Leitura Direta – Anemômetro;

Princípio de operação: Preferencialmente de sensor de velocidade do ar do tipo fio aquecido ou fio térmico;

Calibração: Anual;

Faixa: Faixa: de 0 a 10 m/s Exatidão: 0,1 m/s 4% do valor medido.

Avaliação aerodispersóides

Deverá ser seguido o prescrito na Norma Técnica 004 da RE nº 9 – ANVISA;

Método de Amostragem e Análise de Concentração de Aerodispersóides em Ambientes Interiores;

Amostrador: Unidade de captação constituída por filtros de PVC, diâmetro de 37 mm e porosidade de 5 mm de diâmetro de poro específico para poeira total a ser coletada; Suporte de filtro em disco de celulose; porta-filtro em plástico transparente com diâmetro de 37 mm;

Aparelhagem: Bomba de amostragem, que mantenha ao longo do período de coleta, a vazão inicial de calibração com variação de 5%;

Taxa de Vazão: 1,0 a 3,0 l/min, recomendado 2,0 l/min;

Volume Mínimo: 50 l;

Volume Máximo: 400 l;

Tempo de Amostragem: relação entre o volume captado e a taxa de vazão;

Embalagem: Rotina;

Calibração: Em cada procedimento de coleta se operado com bombas diafragmáticas;

Exatidão: $\pm 5\%$ do valor medido

Amostragens

As amostragens serão realizadas por um técnico-coletor em dia e hora previamente combinados;

Os locais de coleta serão determinados pela fiscalização. Deverá ser selecionada uma quantidade total de 37, as amostras de ar exterior deverá ser realizadas nas proximidades das entradas de tomada de ar externo na altura de 1,50 m do solo.

Por ocasião da coleta das amostras, a empresa deverá apresentar os certificados de calibração dos amostradores, conforme os parâmetros definidos na Resolução RE/ANVISA nº 9/2003, além da indicação dos responsáveis técnicos pelos procedimentos de amostragem, medições e análises laboratoriais, com os respectivos registros dos seus conselhos de classe;

REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO E HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR

A Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

SICAF;

Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)

Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

Para a consulta de pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa proponente e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

O proponente será convocado para manifestação previamente à uma eventual negativa de contratação

No decorrer da execução contratual, deverá a contratada comprovar o preenchimento dos seguintes requisitos de habilitação:

prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do contratado, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

caso o contratado seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

Poderá a autoridade competente, na forma do art. 4º-F da Lei nº 13.979/20, dispensar a apresentação de documentação de regularidade fiscal ou trabalhista (salvo a comprobatória de regularidade com a Seguridade Social), de forma excepcional e justificada, no caso de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviços;

Qualificação econômico-financeira: Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

6. Levantamento de Mercado

Dentro do presente estudo, foram analisados processos de contratações semelhantes feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com a finalidade de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades do HUL, e as que foram identificadas foram incorporadas nesta contratação em análise.

Após a análise das alternativas de formas para executar o objeto desse processo, verificou-se que poderia ser feito tanto com um contrato direto com a empresa especializada ou através da contratação de um serviço por parte da empresa responsável por realizar o PMOC do sistema de climatização do HUL. Como o contrato atual de manutenção do sistema de climatização não possibilita a aquisição desse serviço, seguiu-se para a contratação de uma empresa especializada através desse processo.

Foi observado que para a contratação do serviço descrito acima, tanto as empresas quanto os tomadores de serviços, e em especial as entidades públicas, realizam a contratação de forma similar à que se pretende adotar, cumprindo as respectivas exigências legais e normativas. Inclusive, o hospital universitário de Santa Catarina (HU-UFSC) da rede EBSEH possui um contrato similar ao que se pretende conseguir através desse processo.

Na contratação em tela não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto, que pudessem promover a realização de audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício, em face dos serviços serem considerados comuns e a sua metodologia de execução ser padronizada na Norma regulamentadora Nº 09 da ANVISA e na NBR ISO 14644- 1 de 11/2019 - Salas limpas e ambientes controlados associados - Parte 1: Classificação da limpeza do ar por concentração de partículas.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Definição e documentação do método para a estimativa das quantidades a serem contratadas:

A estimativa de pontos de análise do ar a partir de observação dos principais locais que possuem ar com características próprias e distintas.

As quantidades a serem contratadas foram definidas das seguintes formas:

Em posse da planta baixa do Hospital Universitário de Lagarto - HUL foi analisado todos os ambientes climatizados e que possuem concentração de pessoas.

Tem-se, portanto, um total de 84 ambientes nessa condição:

- Administração; Amarela Pediátrica; Circulação da Microbiologia; 3 (três) Consultórios; Consultorio Ortopedia; Corredor Circulação Direito Baixo; Corredor Circulação Direito Meio;

- Corredor Circulação Direito Vertical Alto; Corredor Circulação Esquerdo alto; Corredor Circulação Esquerdo Baixo; Corredor Circulação Vertical Meio; Cozinha; Desinfecção Endoscopia;

- ECG; 3 (três) Enfermarias; 4 (quatro) Enfermarias Clínica médica/Cirúrgica; 3 (três) Enfermarias Adulto; 4 (quatro) Enfermarias Amarela; 4 (quatro) Enfermarias Infantil; Espera Amarela; Espera Verde;

- Estabilização Proc Invasivas; Estabilização Proc Invasivas (vermelha); Estar; Esterelização; Estoque / Oficina; Farmacia; Higienização; Hospital Day; Indução Anestésica; Isolamento Amarela;

- Isolamento Clínica Médica; Isolamento UTI; Laboratório; Lavagem de Panelas e Bandejas; Leito Pos Parto; Necrotério; Observação; Observação Adulto; Observação Pediátrica;

- Pos Anestésico (Centro Cirúrgico); Raio-X; Refeitório; 2 (dois) Repouso; 2 (dois) Repouso Enfermeiros; 2 (dois) Repouso Médico; Sala Alunos; 4 (quatro) Sala de Cirurgia; Sala de Endoscopia;

- Sala de Hemodialise; Sala de Preparo / Sala de Tratamento de Água; Sala de Recuperação; Sala de Reidratação Adulto; Sala de Reidratação Infantil; Sala de Tomografia Computadorizada;

- Sala do Gesso; Sutura / Curativo; 2 (dois) Ultrassonografia; UTI.

O caso acima seriam todos os pontos, porém alguns desses pontos possuem elevada similaridade, por isso a quantidade será reduzida para 35 pontos, que serão indicados pela fiscalização previamente a data marcada para realizar a coleta dos pontos.

E além dos 35 pontos interno, também serão coletadas amostras de pontos externos, fora do Hospital, usados para comparar com os pontos internos e tirar conclusões com relação aos agentes patológicos.

Para levantamento dos pontos, levou-se também em consideração os diferentes tipos de climatização existente no HUL, sendo eles: Expansão direta com Mini split unitários, VRF e split dutado; Expansão indireta com Fan-Coils e fancoletes.

Portanto, depois analisar os ambiente do Hospital, chegou a conclusão que serão analisados 35 pontos internos e 2 pontos externos, totalizado 37 pontos.

Além disso, faz parte da presente contratação a análise de contagem de partículas de 22 pontos, com emissão de respectivo relatório.

Os pontos foram definidos a partir dos ambientes que se assimilam com salas limpas e os ambientes que emitem uma grande quantidade de particulados.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): ,01

A definição e documentação da estimativa de preços referenciais foram baseadas nas seguintes premissas:

Planilha de custos e formação de preços elaborada pelas respectivas empresas de projeto contratadas.

Dessa forma, a concretização da pesquisa de preços e memórias de cálculo resultou nos valores que serão demonstrados em processo restrito a ser vinculado ao atual processo posteriormente, conforme Ofício-Circular - SEI 3 (26924334)

Os Estudos Técnicos Preliminares não poderão conter a estimativa do preço da contratação, pois, caso contenha, irá corromper o sigilo de preço, o qual deverá estar somente no processo restrito. De acordo com o art. 7º do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, o valor estimado do procedimento licitatório será sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, facultando-se sua publicidade, mediante justificativa.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Em consequência da natureza do serviço, não há possibilidade de parcelamento do mesmo, justificando-se que haveria prejuízo ao conjunto ou à perda de economia de escala se adotada decisão em sentido contrário, ou seja, caso fosse optado pelo parcelamento. Percebe-se que o objeto a ser contratado trata-se de serviço de análise da qualidade do ar e contagem de partículas de forma semestral, com emissão de respectivo relatório e indicações de melhorias. Logo, considerando as características técnicas do serviço, aliado ao funcionamento do mercado do bem ou do serviço a ser contratado, de maneira a evidenciar que a decisão da Administração em não parcelar o objeto está em consonância às práticas daquele setor econômico e busca o melhor aproveitamento do objeto

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Considerando o ofício da empresa com a manifestação que não vai renovar o contrato, (36781721).

Considerando que a vigência Contratual encerra em 15/11/2024, conforme aditivo (32898975).

Diante disso, a presente contratação somente entrará em vigor após o término do contrato vigente que não será renovado.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A demanda registrada nesse documento está alinhada com o planejamento estratégico da EBSEH.

Pilar: Ensino, Pesquisa, Assistência e Governança.

Governança: Melhorar o ensino, pesquisa, extensão e assistência por meio de excelência do campo de prática e gestão hospitalar eficiente e gerir com competência, agilidade e transparência, garantindo a expansão das atividades na Rede EBSEH.

Considerando que no Planejamento Anual de Contratações do HUL - PAC 2024, este serviço estava planejado na forma de renovação do contrato atual, conquanto diante deste fato superviniente, será atualizado sua nova forma de contratação e seu cronograma;

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Tendo em vista a garantia da continuidade dos serviços, reduzindo os riscos de sinistros que venham a impactar negativamente na qualidade do atendimento à população, o Setor de Infraestrutura Física propõe a contratação em tela almejando:

Maior qualidade e presteza no atendimento, provendo desta forma a satisfação e segurança do usuário, agregando economia nos processos de trabalho;

Espera-se conhecer o ar que está no interior do hospital, tomar medidas para caso esteja fora dos padrões de saúde. Os funcionários e pacientes serão os principais beneficiários com um ar mais limpo, minimizando o efeito de doenças respiratórias e alérgicas por conta do ar impróprio. Além de afastamentos, atender as leis e normas de tratamento do ar.

Almeja-se ainda com a referida contratação, assegurar o bem-estar, conforto, saúde e segurança nos ambientes climatizados do Hospital Universitário de Lagarto atendendo as normas vigentes.

13. Providências a serem Adotadas

As providências necessárias a celebração do contrato estão em andamento, e sendo elaborado os seguintes documentos:

- Análise de Riscos feito após elaboração do ETP, com todos os possíveis riscos da contratação das 3 fases do processo: Planejamento da Contratação, Seleção do Fornecedor e Gestão do Contrato;
- Termo de Referência - TR;
- Análise de Riscos atualizada após elaboração do TR;
- Checklist da Contratação de Serviço;
- Relatório de Conformidade;
- Processo SEI apartado do processo principal, em modo restrito, com: Cotações de pesquisa de preços e Mapa de preços estimados para a referida contratação.

Além disso, em relação a providências a serem adotadas quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização (inciso XI, art. 7º, IN 40/2020), não sendo necessária no momento, considerando que os respectivos profissionais já atuam na área, sendo necessários em momento futuro, a disponibilidade de cursos de atualizações a serem ministrados pelas áreas técnicas da EBSEH.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

15. Declaração de sigilidade

Considerando os termos da Lei n.º 12.527/2011 e o artigo XXVIII (§ XIV) do RLCE 2.0, que versam sobre a necessidade da classificação de sigilo do ETP, a equipe de planejamento classifica esse documento como não sigiloso, tendo em vista que nele não constam informações que comprometam a idoneidade do processo.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Ciente e de acordo com o ETP

PAULO ROBERTO DOS SANTOS

Membro da EPC

Despacho: Ciente e de acordo com o ETP

MICHAEL SANTOS AZEVEDO

Membro da EPC

Despacho: Ciente e de acordo com o ETP

HAMILTON LUDUVICE VIEIRA FILHO

Coordenador da EPC

Despacho: Ciente e de acordo com o ETP

GILMARA MENEZES DE CARVALHO

Membro da EPC

Despacho: Ciente e de acordo com o ETP

RAFAEL BITENCOURT DA PAZ ROCHA

Membro da EPC

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento entende que a contratação pretendida é viável e razoável, uma vez que está alinhada aos objetivos estratégicos da instituição, aderente à legislação correlata, objetivando assegurar o bem-estar, conforto, saúde e segurança nos ambientes climatizados do Hospital Universitário de Lagarto atendendo as normas vigentes, considerando que os funcionários e pacientes serão os principais beneficiários com um ar mais limpo, minimizando o efeito de doenças respiratórias e alérgicas por conta do ar impróprio. Além de afastamentos, atender as leis e normas de tratamento do ar.